

Casarões com piscina contrastam com desolação de mata reduzida a cinzas no interior de SP

Governo lança ofensiva contra fogo e tema vira embate político

Presidente Lula anuncia medidas, articula com poderes e governadores, mas recebe queixas de atraso nas ações

BRASÍLIA O governo do presidente Lula (PT) lançou uma ofensiva na última semana para responder à proliferação dos incêndios florestais. O Planalto abriu os cofres, tenta articular e dividir a responsabilidade com os estados e faz novas promessas.

Cobrado por ações concretas diante da proliferação de imagens trágicas das queimadas, o governo organizou uma semana com anúncios e reuniões. Acabou, no entanto, com menos efeito prático que o esperado.

Os episódios também viraram munição política, com troca de acusações entre governo e oposição, sobretudo nos estados.

Tudo acontece às vésperas da Assembleia Geral da ONU, em Nova York (EUA), onde Lula pretende levar um discurso em defesa de ações práticas para a crise climática.

Por vezes considerada uma ilha, isolada dos problemas do Brasil, a capital federal se viu atingida pelas queimadas no Parque Nacional de Brasília. A cidade ficou encoberta por uma densa fumaça, que chegou também na Esplanada dos Ministérios.

No mesmo dia em que a fumaça alcançou o Planalto, o governo organizou uma reunião ampliada com os principais ministros envolvidos no tema.

O governo Lula viu a crise climática cair em seu colo, apesar de a União ser responsável apenas pelas áreas de conservação federais. A gestão petista buscou, então, se articular com outros poderes e entes federados, também numa tentativa de dividir a responsabilidade.

Com os chefes de outros poderes, o presidente admitiu que o Brasil não estava 100% preparado para os incêndios. Lula insistiu no caráter criminoso das queimadas, ainda que isso esteja sob apuração.

A situação das queimadas se agravou nas últimas duas semanas, desafiando o governo a apresentar medidas à altura. A proposta de criação da autoridade climática, uma promessa de campanha, foi desengavetada.

A ideia, gestada no ministério de Marina Silva, conseguiu um timing que ajudasse a aprovar a medida no Congresso Nacional, segundo auxiliares de Lula. A expectativa do governo era de que o projeto tramitasse rapidamente no Planalto, mas o texto ainda está sob análise da Casa Civil.

No mesmo pacote, o ministério do Meio Ambiente apresentou

o marco regulatório da emergência climática e o plano de prevenção a eventos extremos e o comitê científico sobre o tema.

O governo editou uma medida provisória com a liberação de R\$ 514 milhões e ainda fez a promessa de outros desembolsos. Além disso, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) disponibilizará R\$ 400 milhões para o apoio aos bombeiros dos estados da Amazônia Legal.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública afirma que há 312 bombeiros com atuação em 22 municípios da Amazônia Legal e Pantanal. A mobilização atende a determinação de Flávio Dino, ministro do STF. Os recursos também só foram liberados graças ao ex-ministro da Justiça, que autorizou créditos extraordinários fora do limite de gastos do arcabouço fiscal.

Sob pressão, o governo ainda recorreu a outras medidas que estavam paradas, mas que integrantes agora indicam como uma "resposta" para a sociedade. Uma delas é o endurecimento de penas para quem causa incêndios florestais, ação que vinha sendo pedida pela pasta do Meio Ambiente e não encontrava ressonância na Casa Civil.

Apesar do apelo do momento, a medida pode ter poucos efeitos práticos, considerando que o próprio presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), chegou a chamá-la de "populismo legislativo". Um aliado lembra que o governo costuma lançar pacotes em momentos de crise, mas que as medidas acabam no esquecimento.

No mais recente ato desta ofensiva, o governo editou duas medidas na sexta (20): para aumentar multas por incêndios e flexibilizar repasse aos estados para combater as queimadas.

Acabou por promover um palanque privilegiado para críticos. Após uma reunião com o ministro Rui Costa (Casa Civil), o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, acusou a União de ter procrastinado na crise.

Mas ele não foi o único a criticar. O governador do Mato Grosso, Mauro Mendes (União Brasil), disse que os efeitos concretos e mais objetivos vão acontecer para o ano de 2025.

Lula, por sua vez, também sugeriu que a oposição e seus aliados estavam por trás dos incêndios.

Jólio Gabriel, Marianna Holanda, Raquel Lopes e Renato Machado



Casarão próximo à vegetação de reserva queimada em São Carlos (SP) - Zanone Fraissat/Folhapress

Casarões com piscinas contrastam com mata reduzida a cinzas no interior de São Paulo

Clayton Castelani e Zanone Fraissat

SÃO CARLOS (SP) Avistada a partir de uma colina onde sitiantes criam gado e plantam tubérculos, a mancha cinza formada por quilômetros de árvores e arbustos queimados termina a poucos metros de casarões e piscinas azuis do condomínio de chácaras Parque Itaipu, em São Carlos (SP).

Distante 231 km da capital paulista, a cidade testemunhou o fogo chegar perto de áreas habitadas e ficou à beira de uma tragédia.

Florestas e plantações em chamas ameaçaram importantes estruturas urbanas, como o aeroporto Mário Pereira Lopes. Vuos foram suspensos por um dia quando o fogo chegou perto da cabeceria da pista e não muito longe dos tanques de combustível.

Na escala de preocupações com as queimadas, São Carlos deu um passo além se comparada a outros municípios afetados pela série de incêndios desde agosto. Na maioria deles, as áreas incineradas são pastagens, canaviais e outras grandes propriedades rurais em territórios pouco povoados.

Com mercado imobiliário inflacionado pela presença de estudantes universitários que aumentam a população local em quase 25%, a expansão da ocupação do solo são carlense tem característica periurbana. As áreas de transição entre o rural e o urbano, em muitos casos, ficaram na fronteira dos incêndios que consumiram 7.000 hectares.

A possibilidade de secas severas exige estruturação de um sistema de proteção e defesa com milhares de voluntários treinados.



Algo semelhante ao existente em países acostumados a incêndios florestais, como Chile e EUA, diz Pedro Caballero, diretor da Defesa Civil de São Carlos.

"Nós não temos essa cultura no Brasil", diz ele, que é pesquisador na área de combate a catástrofes.

Antes de chegar ao condomínio, o fogo levou cerca de oito dias para percorrer os 3 km de mata a partir do ponto em que possivelmente foi iniciado, às margens da rodovia Washington Luís (SP-316), segundo a Defesa Civil municipal.

No meio do caminho entre a estrada e as casas de alto padrão, pequenas propriedades foram parcialmente queimadas. A Defesa Civil estadual afirma que o socorro foi rápido. O órgão diz ter sido notificado sobre o foco em 7 de setembro e o apagou, mas houve reignição. Um avião e um helicóptero passaram a combater o fogo.

Para o chefe da Defesa Civil da cidade, porém, o despreparo de chacareiros e sitiantes para lidar com o fogo contribuiu para o agravamento da crise. "Estamos fazendo campanha desde maio, agora imagine o desespero que é chegar em uma propriedade e encontrar uma pessoa que não tem uma bomba d'água ou soprador, nada, tentando apagar o fogo com uma vassoura", diz.

O helicóptero e o avião enviados pela Defesa Civil estadual lançaram 38,2 mil litros de água. O fogo foi apagado em 13 de agosto. A floresta, porém, está cremada.

Antes impenetrável devido à quantidade de galhos e troncos que fechavam o caminho, o trecho de mata nativa foi reduzido a troncos torrados contornados por uma camada de cinzas.

“Estamos fazendo campanha desde maio, agora imagine o desespero que é chegar em uma propriedade e encontrar uma pessoa que não tem uma bomba d'água ou soprador, nada, tentando apagar o fogo com uma vassoura”

Pedro Caballero, diretor da Defesa Civil de São Carlos

